

- 3 DEZ 1985

Olor de Escândalo

EM matéria de administração pública, escândalos são irreparáveis. Não adianta pretender remediá-los com nova organização. Mais ainda quando dizem respeito ao uso de dinheiro do contribuinte. Um escândalo estourou no Senado há um ano, com a **regularização** de funcionários contratados muito além das necessidades funcionais. Sendo exigência constitucional a prestação de concurso, as contratações pela CLT eram — e continuam sendo — uma forma de burlar a lei. O escândalo estava na contratação e nos contratados, pela alta incidência de parentesco e filhotismo político entre os apaniguados.

Ao apagar das luzes do autoritarismo, ficou evidente o propósito de recorrer a uma tardia racionalidade para encobrir uma prática despudorada que, em vez de lavar a testada do velho regime, manchava a credibilidade do novo. A denúncia do episódio congelou a imoralidade que envolveu a antiga mesadiretora do Senado.

No final do ano o assunto retorna sob suspeita premência de tempo, na forma de dois projetos de resolução (nº 149 e 150), para racionalizar uma situação destituída de razão legal. O próprio presidente do Senado declara-se surpreso e pede ajuda para identificar as irregularidades. Os dois projetos foram lidos na sessão de 5ª-feira passada e detonaram a desconfiança, pois a **racionalização** da irregularidade anterior continua a atentar contra a moral pública.

O artigo 170 — do texto de um dos projetos de resolução, ao tratar de gratificação de serviço extraordinário, estabelece que “o valor de cada hora extra de

trabalho será acrescido de 20% da hora normal de trabalho”. Não há razão capaz de justificar a vantagem criada pelo corporativo espírito burocrático para uma categoria que continuará — segundo esclarece o diretor geral do Senado — a constituir um grupo amparado pela CLT ao lado dos funcionários que são regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público. É uma racionalidade inconvincente num assunto que adquiriu proporção de escândalo: o Senado tem 3 mil funcionários, cada qual recebendo — trabalhe ou não — 120 horas extras (em média) por mês.

Fica demonstrada mais uma vez a impossibilidade de se contornar o aspecto moral mediante — “reorganização da força de trabalho da Casa” — conforme explica o diretor-geral do Senado. Fora da anulação de todas as contratações, permanecerá a suspeita de filhotismo e privilégio político, pois o excesso de servidores que abarrotam as despesas do Senado não pode ser justificado por nenhuma **racionalização** administrativa.

O diretor geral do Senado fala em “medida moralizadora” e em correção de “distorções que se acumularam no decorrer dos tempos” na área do pessoal da Casa. Se as distorções, para usar o eufemismo, se acumularam por tanto tempo, o momento é oportuno para que se remova tudo que ficou do passado. Para se moralizar “uma situação herdada” que retroage a 4 anos, só mesmo anulando as contratações e abrindo concurso para preencher as vagas. Sem a providência saneadora, tudo continuará a ter o insuportável olor de escândalo.